

EFEITOS DA POLÍTICA DE EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

O movimento de expansão da educação superior no Brasil é retratado pela literatura da área, com mais intensidade, a partir dos anos de 1990, quando se deflagra aumento significativo de instituições, cursos, vagas e matrículas.

A expansão é mais bem observada pelo número de matrículas, pois pode ser considerada como resultado dessa política expansionista. Nesse contexto, Mancebo, Vale e Martins (2015) informam que o aumento de matrículas na educação superior no período entre 1995 e 2010 chegou a 262,52%, sendo caracterizado por um quadro de privatização do setor.

Nesse sentido, Cunha (2007) explicita que esse movimento de expansão ocorre de forma meandrosa, levando em conta a complexidade da relação público-privado que o envolve, o que demanda necessidade de estudos e pesquisas particularmente que levem em conta seus efeitos. Segundo Arretche (2001) os estudos que buscam avaliar os esforços empregados na implementação de uma política e os resultados alcançados são hoje os mais necessários e urgentes.

Portanto, o presente dossiê busca apresentar estudos realizados no âmbito da pesquisa “Observatório da Educação: Políticas de Expansão da Educação Superior¹”, vinculada à Rede Universitas-BR, quando apresenta conclusões já alcançadas por cada um dos seus 7 (sete) sub-grupos, que explicitam alguns dos meandros e efeitos do processo de expansão da educação superior em curso no Brasil.

Ao todo, esse número da revista é formado por 11 (onze) artigos e 1 (uma) resenha, sendo 7 (sete) textos que compõem especificamente o dossiê, com os resultados apresentados pela pesquisa mais ampla mencionada, e mais 4 (quatro) artigos de fluxo contínuo que estão relacionados com a temática.

O primeiro artigo, intitulado “Contextos identitários dos Institutos Federais no Brasil: implicações da expansão da educação superior”, de autoria de Célia Regina Otranto e Liz Denize Carvalho Paiva, aponta para a complexidade do processo de expansão da educação superior, especificamente, dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), quando explicita a hibridez de composição dessas instituições na sua constituição identitária, uma vez que muitos desses Institutos foram criados a partir de Centros de Educação Tecnológica (CEFETs), escolas agrotécnicas entre outras formas de organização.

¹ Pesquisa coordenada pela Profa. Dra. Deise Mancebo, e financiada pelo Programa Observatório da Educação/CAPES.

O segundo artigo, “Concepção de qualidade da educação superior: o debate no Mercosul, no México e na Comunidade Europeia”, retrata a construção do conceito de qualidade que está intrinsicamente ligado ao processo de desenvolvimento e de expansão da educação superior. Traz grandes contribuições ao debate, particularmente, quando compara os processos de construção da qualidade no contexto das políticas supranacionais, sinalizando a subjetividade desse conceito no contexto do Mercosul, no qual o Brasil está inserido.

João dos Reis da Silva Junior e Tania Barbosa Martins, quando trazem para o debate a temática “Contradições e mediações na educação a distância: o trabalho do professor e do tutor”, sinalizam os efeitos da expansão da educação superior pelo viés da educação a distância no trabalho do professor e do tutor. Nesse sentido, evidenciam que as condições de trabalho do docente à distância apresentam contradições engendradas pela lógica mercantilista, que por sua vez modifica a própria natureza institucional da universidade pública brasileira, ao conviver com as proposições da Universidade Aberto do Brasil (UAB).

Outro efeito do processo de expansão da educação superior é a sua incidência na realidade da permanência de estudantes na educação superior. É nesse sentido que o trabalho de Roseli Souza dos Reis Nunes e de Tereza Christina Mertens Aguiar Veloso apresenta como discussão a permanência na educação superior por meio de múltiplos olhares. As autoras desvelam a necessidade de intensificar os investimentos em políticas de assistência estudantil e de qualificação da educação, pois além das condições financeiras há outros fatores que influenciam no sucesso da trajetória estudantil, como: o ambiente acadêmico, o capital cultural do estudante, a satisfação na escolha do curso, bem como sua situação financeira e as condições de aluno trabalhador.

Jeinni Kelly Pereira Puziol e Gladys Beatriz Barreyro focam os impactos da (não) expansão da educação superior na construção da qualidade nas políticas supranacionais, a partir da análise do processo de acreditação no âmbito do Mercosul. As autoras analisam o Sistema Arcu-Sul, especialmente, no contexto que as políticas de educação superior se voltam para a internacionalização, a regionalização e a integração latino-americana.

Outro meandro da expansão da educação superior apresentado neste dossiê está relacionado com a educação do campo. Nesse sentido, o artigo intitulado “Educação superior do campo: desafios dos movimentos sociais e das universidades públicas na implantação das licenciaturas em educação do campo” revela que a sua expansão teve como condicionantes a participação e o protagonismo dos movimentos sociais do campo, que atuaram de forma crítica junto às instituições

de educação superior, reivindicando formação contra-hegemônica diante da exclusão educacional a que estavam imersos no contexto da sociedade capitalista brasileira.

O último artigo do dossiê, de autoria de Rhoberta Santana de Araújo, traz como desfecho uma análise do macro contexto em que a expansão da educação superior se constituiu. O texto acusa que, apesar da expansão deflagrada, não foi possível romper com as assimetrias regionais no acesso à educação superior, mantendo as perspectivas de continuidade do cenário privatista da educação superior brasileira.

Os artigos de fluxo contínuo selecionados para esse número da revista estão intimamente relacionados com a temática, uma vez que abordam: “O direito à educação e a permanência estudantil na UFPR: uma análise da política de assistência estudantil”, escrito por Daniele Graciane de Souza e Adriana Dragone Silveira, e “Institutos Federais: uma alternativa à universidade de Pesquisa”, de Alexandre Nascimento e Tereza Christina Mertens Aguiar Veloso. Tratam de temas já referenciados nos artigos anteriores, mas que apresentam análises e dados distintos e complementares.

Também há o artigo de Marcia Maria Ribera Lopes Spessoto e Lourdes Missio, que analisam a política de expansão dos cursos de licenciatura em Enfermagem a partir da lógica presente nas Diretrizes Curriculares Nacionais da área, quando passam a distinguir o bacharelado da licenciatura.

O artigo dos espanhóis Yuly Vanegas e Joaquin Giménez, da Universidade de Barcelona, também trata da formação de professores em cursos de graduação sob o título “Observando el espacio, construyendo la geometria com futuros profesores de Educación Infantil”. A preocupação do texto é contribuir com a formação de professores para a educação infantil, tendo como foco aspectos poucos utilizados atualmente como a geometria/matemática que deve ser relacionada, de forma inseparável com o cotidiano das crianças. Os autores apresentam experiências e exemplos significativos para o trabalho docente, a partir do currículo espanhol.

Por fim, há a resenha de Ana Lucia Marran e Marianne Pereira de Souza que analisam a edição recente do livro “Problemas públicos y agenda de gobierno”, de autoria de Luís Aguillar Villanueva, publicado pela editora Maporrúa do México. Trata-se de obra, que embora ainda não traduzida no Brasil, tem sido utilizada por estudiosos de políticas públicas, inclusive da área da educação.

Ao tornar público este dossiê acredita-se que se está contribuindo com novas análises acerca do movimento meandroso da expansão da educação superior brasileira, análises estas necessárias caso se queira, de fato, o total desvelamento de seus efeitos.

REFERÊNCIAS

ARRETCHE, Marta Teresa da Silva. Tendências no estudo sobre avaliação. In: RICO, Elizabeth Melo (org.). *Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate*. 3. ed. São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especiais, 2001, p. 29 – 39.

CUNHA, Luiz Antônio. O desenvolvimento meandroso da educação brasileira entre o estado e o mercado. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 28, n. 100, p. 809-829, Out. 2007.

MANCEBO, Deise; VALE, Andréa Araújo do; MARTINS Tânia Barbosa. Políticas de Expansão da Educação Superior no Brasil: 1995-2010. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v.20, n.60, p.31-50, 2015.

Giselle Cristina Martins Real [UFGD]

Carina Elisabeth Maciel [UFMS]

Organizadoras do dossiê “Efeitos da política de expansão da educação superior”.